



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO  
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA  
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL NÚMERO: 3.014 ANO: 2015**

**1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?**

- ☐ Aumento de despesa - ☐ União ☐ estados ☐ municípios  
☒ SIM → ☒ Diminuição de receita - ☒ União ☒ estados ☒ municípios  
☐ NÃO

**1.1. Há proposição apenas, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?**

- ☐ Aumento de despesa. Quais?  
☒ SIM → ☐ Implica diminuição de receita. Quais?  
→ ☒ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

**Substitutivo do Relator na CFT sana incompatibilidade orçamentária.**

☐ NÃO

**2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:**

**2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?**

☐ SIM ☒ NÃO

**2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?**

☐ SIM ☒ NÃO

**3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas<sup>1</sup>?**

☒ SIM ☐ NÃO

**3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido:**

**4. Outras observações:** O Projeto de Lei nº 3.014, de 2015, tenciona isentar do imposto de renda da pessoa física, os rendimentos auferidos por meio da Bolsa-Atleta, quando seu beneficiário for dependente de outro contribuinte.

Na forma em que se encontra o PL é inadequado, entretanto, considerando que inexistente regramento específico dispondo sobre a incidência do imposto de renda sobre a Bolsa-Atleta e que essa omissão

<sup>1</sup> Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



## **Câmara dos Deputados**

### **Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF**

tem gerado dificuldades de interpretação quanto à correta forma de tributação desses rendimentos, o relator propôs a apresentação de Substitutivo que busca sanar a omissão legal, passando a conferir à Bolsa-Atleta o mesmo tratamento tributário aplicável aos rendimentos oriundos do trabalho não-assalariado.

**Portanto, não há que falar em renúncia de receita, pois o substitutivo não concede tratamento favorecido ou diferenciado para o atleta bolsista. Pelo contrário, o substitutivo apenas assegura a esse segmento de contribuintes um regime de incidência do IRPF compatível com sua capacidade contributiva e com o princípio constitucional da progressividade.**

**Brasília, 10 de julho de 2017.**

**Maria Emília Miranda Pureza**  
**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**